tiça para fazê-lo.

3º Saudará o Procurador de Justiça o mais novo membro do Colégio de Procuradores de Justiça, na ordem de antiguidade, ou o Procurador de Justiça designado pelo Presidente para fazê-lo.

Art. 16. O Procurador-Geral de Justiça prestará o seguinte compromisso: "Ao tomar posse e entrar em exercício perante este Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, prometo honrar as tradições da Instituição, administrá-la com dedicação e probidade, tendo por objetivo promover a defesa da ordem jurídica, dos interesses indisponíveis da sociedade e a fiel observância da Constituição e das Leis".

Art. 17. O Corregedor-Geral do Ministério Público, os Subcorregedores-Gerais, os membros eleitos do Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, os Promotores de Justiça, prestarão o seguinte compromisso: "Ao tomar posse e entrar em exercício nas funções do cargo de _____, prometo desempenhá-lo com dedicação e seriedade, tendo o título que ostento como elevada honra, promovendo a defesa da ordem jurídica, dos interesses indisponíveis da sociedade e a fiel observância da Constituição e das Leis".

Art. 18. O Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça prestará o seguinte compromisso: "Ao tomar posse e entrar em exercício nas funções do cargo de Secretário, prometo cumprir as leis do meu País e, notadamente, a Lei Estadual que organiza o Ministério Público do Estado do Pará".

Art. 19. Para a posse ou entrada em exercício, o Secretário lavrará o termo respectivo que, depois de lido, será assinado pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça e pelo empossado ou por aquele que entrar em exercício do cargo.

Art. 20. O Procurador-Geral de Justiça poderá convocar sessão solene para posse coletiva de Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Substitutos, designando para saudá-los um Procurador de Justiça, sendo, também, na oportunidade, deferida a palavra a um dos empossados, que falará em nome de todos.

CAPÍTULO III

DA SESSÃO ORDINÁRIA

Art. 21. Será ordinária a sessão realizada na primeira quinta-feira de cada mês, às dez horas, para conhecimento das matérias constantes da pauta. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 004/2011-CPJ, de 11 de maio de 2011)

1º A mudança definitiva do dia de realização da sessão somente será possível desde que aprovada pela maioria dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça e terá validade após publicação da alteração no Órgão oficial.

2º Em caso de mudança provisória do dia e hora da sessão, deverá ser o membro do Colégio de Procuradores de Justiça comunicado com antecedência de, pelo menos, 24 horas.

3º Caso não haja expediente no dia designado para a sessão ordinária, será ela realizada no primeiro dia útil posterior, na falta de outra data previamente designada, nos termos do parágrafo anterior.

Art. 22. Os trabalhos serão iniciados às dez horas, com tolerância não superior a quinze minutos, interrompidos das treze às quatorze horas para almoço e encerrados às dezessete horas ou quando se esgotar a pauta antes daquele horário. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 004/2011-CPJ, de 11 de maio de 2011)

Parágrafo único. A sessão poderá ultrapassar às dezessete horas por deliberação dos presentes. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 004/2011-CPJ, de 11 de maio de 2011)

Art. 23. Será observada a seguinte ordem de trabalhos nas sessões:

- a) verificação de "quorum";
- b) abertura da sessão pelo Presidente;
- c) justificção de faltas;
- d) leitura da ata de sessão anterior, sua discussão e aprovação;
- e) ordem do dia.

Parágrafo único. A critério do Presidente ou por proposta de qualquer de seus membros, poderá ser invertida a pauta dos trabalhos.

Art. 24. O membro do Colégio de Procuradores de Justiça não poderá discutir ou votar fora de seu lugar.

1º Os apartes só poderão ser admitidos quando pertinentes e com autorização de quem estiver com a palavra, pelo prazo de um (1) minuto.

2º O membro do Colégio de Procuradores de Justiça não poderá se retirar do recinto sem comunicar ao Presidente.

3º As votações serão feitas depois de colhido o voto do relator, dos demais membros, na ordem decrescente de antiguidade.

4º Uma vez proferido o voto, não mais poderá o membro do Colégio de Procuradores de Justiça reabrir a discussão ou voltar a justificar seu voto, podendo, entretanto, ao final da votação, antes de declarado o resultado, pedir a palavra para reconsiderar seu voto.

5º Não se admitirá intervenção de estranhos aos trabalhos do Colégio de Procuradores de Justiça, no exame de qualquer matéria em discussão, nem dos funcionários que estejam ali servindo, salvo se solicitados pelo Presidente para a prestação de esclarecimentos.

Art. 25. As atas das sessões serão lavradas por processo informatizado, formando-se livro próprio, aberto, rubricado e encerrado pelo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, e nelas se resumirá o que ocorrer na sessão, devendo constar o ano, mês, dia e hora, os nomes dos membros que compareceram e os nomes dos ausentes e justificativas, se apresentadas.

1º Dos assuntos tratados constará da ata notícia resumida e as resoluções serão redigidas ou ditadas pelo Presidente, cabendo ao Secretário mandar digitá-las, rubricá-las e juntá-las à pasta de Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça.

2º Aprovada a ata, o Secretário providenciará a remessa do extrato ao Procurador-Geral de Justiça para publicação, respeitadas as hipóteses de sigilo.

Art. 26. Para as anotações das ocorrências em sessão poderá o Colégio de Procuradores de Justiça servir-se de taquígrafos ou de gravações em fitas magnéticas, DVD, ou de outro processo eletrônico-informatizado.

Parágrafo único. A partir das anotações processadas, imediatamente após o encerramento das sessões, a Secretaria elaborará um extrato resumido das decisões tomadas que, após a aprovação do Procurador-Geral de Justiça, será publicado no Diário Oficial do Estado. (Acrescido pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

CAPÍTULO IV

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 27. A sessão extraordinária será convocada pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça ou a requerimento de, pelo menos, um terço (1/3) dos seus membros.

1º Não sendo esgotados os assuntos constantes da pauta da sessão ordinária de que trata o art. 21 deste Regimento Interno, estará automaticamente convocada sessão extraordinária para a terceira quinta-feira do mês respectivo, salvo deliberação em contrário do Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça ou de 1/3 (um terço) dos seus membros. (Redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 013/2009-CPJ, de 3 de setembro de 2009)

2º Aplicam-se às sessões extraordinárias as demais proposições previstas para as sessões ordinárias. (Redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 013/2009-CPJ, de 3 de setembro de 2009)

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS E ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 28. Os processos que tramitarem perante o Colégio de Procuradores de Justiça e para os quais não haja previsão de procedimento especial adotarão o procedimento ordinário.

Art. 29. A distribuição de processos será realizada imediatamente pela Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, por meio de Sistema Eletrônico Informatizado, assegurando a impessoalidade, a aleatoriedade, a alternância e a proporcionalidade. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011)

1º A distribuição atenderá às classes e subclasses distintas de documentos, seguindo a tabela em anexo, observada a competência do Colégio de Procuradores de Justiça prevista no art. 21, incisos I a XXXII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, e art. 4º, incisos I a XXXI, do presente Regimento. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011)

2º Serão excluídos da distribuição automática o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional, o Subprocurador-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa, o Ouvidor-Geral do Ministério Público, o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, o prolator da decisão recorrida, os Procuradores de Justiça em gozo de férias e licença-prêmio, e os membros que, em qualquer fase anterior do processo, tenham declarado suspeição ou impedimento. (Acrescido pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

3º Os expedientes e feitos que prescindam de relator e aqueles cujo objeto seja comunicação e ciência serão cadastrados no Sistema Informatizado e distribuídos ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011) (Renumeração autorizada pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

4º Realizada a distribuição, os feitos serão imediatamente conclusos aos respectivos relatores. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011) (Renumeração autorizada pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

5º A distribuição será imediatamente publicada por meio eletrônico institucional. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011) (Renumeração autorizada pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

6º Serão compensados os casos de distribuição por prevenção e de redistribuição por suspeição, impedimento ou incompatibilidade. (Redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 012/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011) (Renumeração autorizada pela Resolução 004/2020-CPJ, de 2 de outubro de 2020)

Art. 30. O relator deverá apresentar o processo para votação na sessão ordinária subsequente à distribuição, salvo impossibilidade justificada.

Parágrafo único. Quando o relator entender conveniente proceder à prévia distribuição do relatório e peças do processo aos demais membros do Colégio de Procuradores de Justiça, entregará cópia do mesmo e fará a indicação das peças a serem reproduzidas ao Secretário com antecedência mínima de 24 horas do início da sessão.

Art. 31. Na ordem do dia serão relatados e votados os processos em pauta.

1º Feito o relatório, poderão os membros do Colégio de Procuradores de Justiça solicitar ao relator os esclarecimentos que desejarem.

2º Nesta fase é permitida a discussão da matéria, segundo a ordem de inscrição dos interessados perante o Secretário, cabendo ao Presidente regular o tempo de cada intervenção, que não poderá exceder de três minutos.

3º Prestados os esclarecimentos solicitados e discutida a matéria, o relator proferirá voto, seguindo-se a votação segundo a ordem de antiguidade no grau.

4º Havendo empate, o Presidente exercerá o voto de desempate.

5º O relatório e o voto não poderão ser interrompidos.

6º Estando em pauta recursos ou pedidos de revisão, após o relatório, o Presidente concederá a palavra ao recorrente ou requerente, ou ao seu procurador legalmente constituído, pelo prazo de quinze minutos, em tribuna específica, iniciando-se, em seguida, a votação.